



REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Brasília, 05 de setembro de 2024

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 05/09/2024

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

- Priorização do cumprimento de metas fiscais, com bloqueio de recursos orçamentários, limite e teto de gastos e investimentos sociais para que sobrem mais recursos para o pagamento dos juros abusivos que o Banco Central teima em não reduzir.
- Submissão ao Sistema da Dívida, apesar dos sucessivos recordes mensais de arrecadação federal e do estoque de quase R\$ 5 trilhões de reais em caixa.
- Restrições ao atendimento das justas reivindicações de servidores, punição com multas e cortes de ponto aos grevistas, aprofundando-se o desmonte do Estado.
- Risco de nova Reforma da Previdência que já avança no âmbito dos Municípios com a aprovação da PEC 66/2023 no Senado.
- Risco de transformação do Banco Central em empresa com a PEC 65/2023.

2 - CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

- Acompanhar e difundir as diversas mobilizações do funcionalismo público e demais movimentos sociais publicados diariamente, conforme página desenvolvida para a campanha <https://auditoriacidade.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>
- Necessidade de acompanhamento da implantação do esquema de Securitização de Créditos Públicos nos estados e municípios, face à aprovação da LC 208/2024, pois o esquema impedirá o atendimento aos Direitos Sociais <https://www.youtube.com/watch?v=Jwympdii6iQ&t=3539s>
- Financiamento da Campanha.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 05/09/2024

3 - FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Manifestação da Deputada Federal Fernanda Melchionna, coordenadora da Frente.

4 - CAMPANHA NACIONAL EM APOIO AO RIO GRANDE DO SUL

- Aumentar a visibilidade da Campanha “A conta está paga”, lançada desde 2022 e relançada recentemente na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul <https://youtu.be/ssLdQJb1ESs>
- Debater estratégias para dar âmbito nacional à campanha “PELA BAIXA DA DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO PORQUE ELA ESTÁ PAGA” aprovada na última reunião.

5 - NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil”

- Em fase de preparação. Pedido de apoio para viabilizar gravação das aulas e demais custos.

6 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS

- Divulgação da nova Carta Aberta a Candidatos(as) às Eleições Municipais 2024 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-a-candidatosas-nas-eleicoes-municipais-2024/>

7 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

CONJUNTURA ESCANCARA

A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA E O SACRIFÍCIO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

- Aprovação do Esquema da Securitização (PLP 459/2017)
- Limitações do Arcabouço Fiscal (LC 200/2023) mantém teto de gastos sociais para “guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público” e ataca servidores(as) públicos(as) sob várias formas (congelamento, confisco de aposentados), e até ameaça de mais contrarreforma da Previdência
- Não atendimento às reivindicações de servidores em greve. Restrições da LOA 2024
- Ameaças de retomada da contrarreforma administrativa (PEC 32), ataques aos pisos da Educação e Saúde, possível retorno da DRU para Educação e Seguridade Social
- Privatizações, PPP (com risco de Securitização de Créditos Públicos)
- Manutenção da taxa básica de juro Selic pelo Banco Central em patamar elevadíssimo, provocando crescimento exponencial do Sistema da Dívida, PEC 65
- Reforma Tributária do Consumo traz riscos de elevação dos tributos indiretos e Securitização (“Conselho Federativo” já significa desvio das receitas de estados e municípios).

CONJUNTURA MOSTRA A PERPETUAÇÃO DO MESMO MODELO ECONÔMICO #ÉhoradeViraroJogo

- Priorização do cumprimento de metas fiscais, com bloqueio de R\$ 15 bilhões de recursos orçamentários para cumprir o teto de gastos sociais e alimentar o Sistema da Dívida <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/por-arcabouco-governo-deve-congelar-r-15-bi-em-investimentos-sociais/>
- Apesar dos sucessivos recordes mensais de arrecadação federal (de janeiro a julho deste ano cresceu 9% em termos reais) e do estoque de quase R\$ 5 trilhões de reais em caixa, seguem as restrições ao atendimento das justas reivindicações de servidores, aprofundando-se o desmonte do Estado <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/receita-cresce-9-em-termos-reais-mas-investimentos-sociais-so-podem-crescer-25-ao-ano/>
- Banco Central interrompe queda de juros (Selic está em 10,50% ao ano), e indica que pode até aumentar a taxa já na próxima reunião de sua diretoria (Copom), agravando o pagamento dos juros abusivos. Risco de transformação do Banco Central em empresa com a PEC 65/2023.
- Risco de nova Reforma da Previdência que já avança no âmbito dos Municípios com a aprovação da PEC 66/2023 no Senado.

ABUNDÂNCIA

Lucro dos bancos bate recorde e soma R\$ 144 bilhões em 2023, aponta Banco Central

Informações constam do Relatório de Economia Bancária de 2023. Recorde foi registrado em ano de juros básicos em alto patamar. Governo pressiona pela redução da Selic.

Por **Alexandro Martello**, g1 — Brasília
06/06/2024 09h18 · Atualizado há uma semana



gov.br



Entrar com o gov.br

Ministério da Agricultura e Pecuária



Assuntos > Notícias > Exportações do agronegócio brasileiro batem recorde no primeiro trimestre de 2024 e atingem US\$ 37,44 bilhões

BALANÇA COMERCIAL

Exportações do agronegócio brasileiro batem recorde no primeiro trimestre de 2024 e atingem US\$ 37,44 bilhões

Em comparação ao mesmo período de 2023, o aumento foi de quase 4,4%

ESCASSEZ

GOVERNO

Torneira está fechada para reajuste em 2024

Brasil de Fato

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO



Opinião Política Direitos Humanos Cultura Geral Saúde Internacional Especiais

INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

DOBROU NA PANDEMIA

Insegurança alimentar: 70 milhões no Brasil não tinham alimentos suficientes entre 2020 e 2022

Levantamento aponta ainda que mais de 10 milhões de brasileiros sofrem com a fome e a desnutrição

Redação

Brasil de Fato | Rio de Janeiro (RJ) | 12 de julho de 2023 às 16:20

O problema não é falta de recursos, mas o privilégio do Sistema da Dívida e demais eixos que sustentam o modelo econômico concentrador de renda

CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PARA A LUTA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

A partir dos dados do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024, bem como de recentes pronunciamentos de representantes do governo federal acerca da impossibilidade de conceder reajustes para o funcionalismo público, ou sequer repor as imensas perdas inflacionárias acumuladas desde 2010, que já superam cerca de 46%, apresentamos a presente contribuição para a luta que todo o serviço público federal vem enfrentando, a fim de fortalecer a estrutura do Estado e garantir a necessária prestação de serviços públicos para a sociedade brasileira.

O QUE ESTÁ RESERVADO PARA O FUNCIONALISMO PÚBLICO PARA 2024, CONFORME PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS (PLDO e PLOA) APRESENTADOS PELO GOVERNO AO CONGRESSO NACIONAL?

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024 não prevê reajuste geral do funcionalismo público, conforme constou textualmente da Mensagem Presidencial¹ que acompanha o referido projeto: **"a proposta orçamentária para o ano de 2024 não contempla a revisão geral de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal" ... "Por mais legítimo que seja o pleito, se revelaria uma medida imprudente ..."**.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024² estabelece meta de "déficit primário zero", o que impõe drástica restrição para todos os gastos primários e representa mais um entrave para a concessão de reajustes ao funcionalismo público. É importante registrar que o "déficit primário zero" nada tem a ver com a propalada "responsabilidade fiscal", mas sim, com a subtração de recursos das áreas sociais (inclusive dos salários do funcionalismo público) para priorizar o pagamento de juros e amortizações da chamada "dívida pública".

Devido à crescente pressão por parte das diversas categorias do serviço público federal, o governo chegou a afirmar que teria conseguido uma reserva no orçamento de 2024 no valor de apenas R\$ 1,5 bilhão, porém, tal valor seria suficiente para um reajuste geral de menos de 1%, percentual irrisório se comparado às perdas acumuladas em mais de 46%, em média.

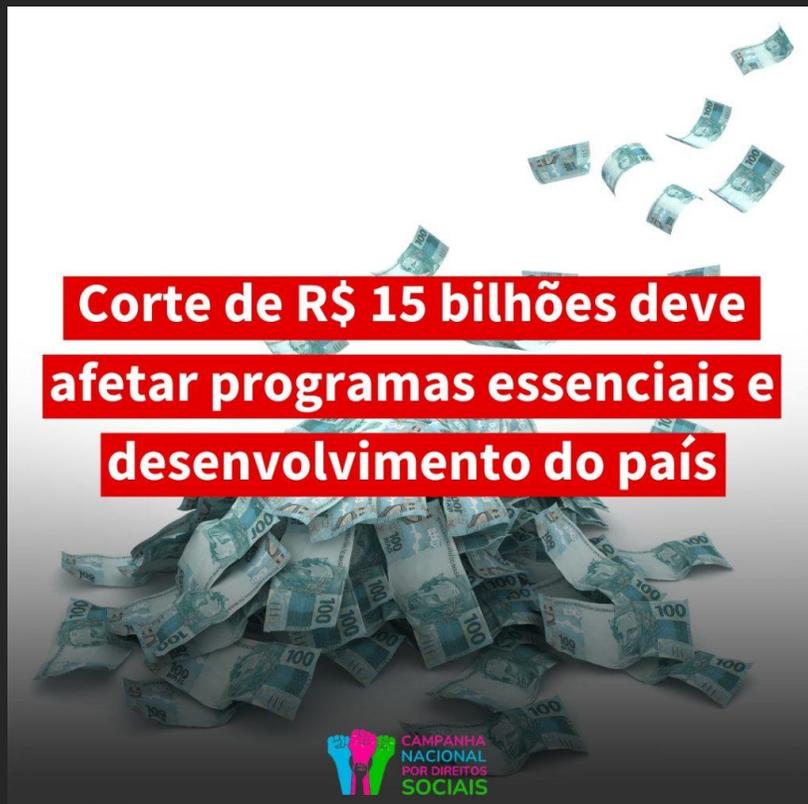


Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO

<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/contribuicoes-da-auditoria-cidada-da-vida-para-a-luta-do-funcionalismo-publico/>

Como previsto, o arcabouço fiscal reduz participação dos investimentos sociais no orçamento!



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/corte-de-r-15-bilhoes-deve-afetar-programas-essenciais-e-desenvolvimento-do-pais/>

Como o bloqueio de verbas afeta as Ifes?

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

- O bloqueio representa 18% do recurso que a instituição possui para pagamento de energia, água, serviços de limpeza, segurança e manutenção.

R\$ 30 milhões bloqueados

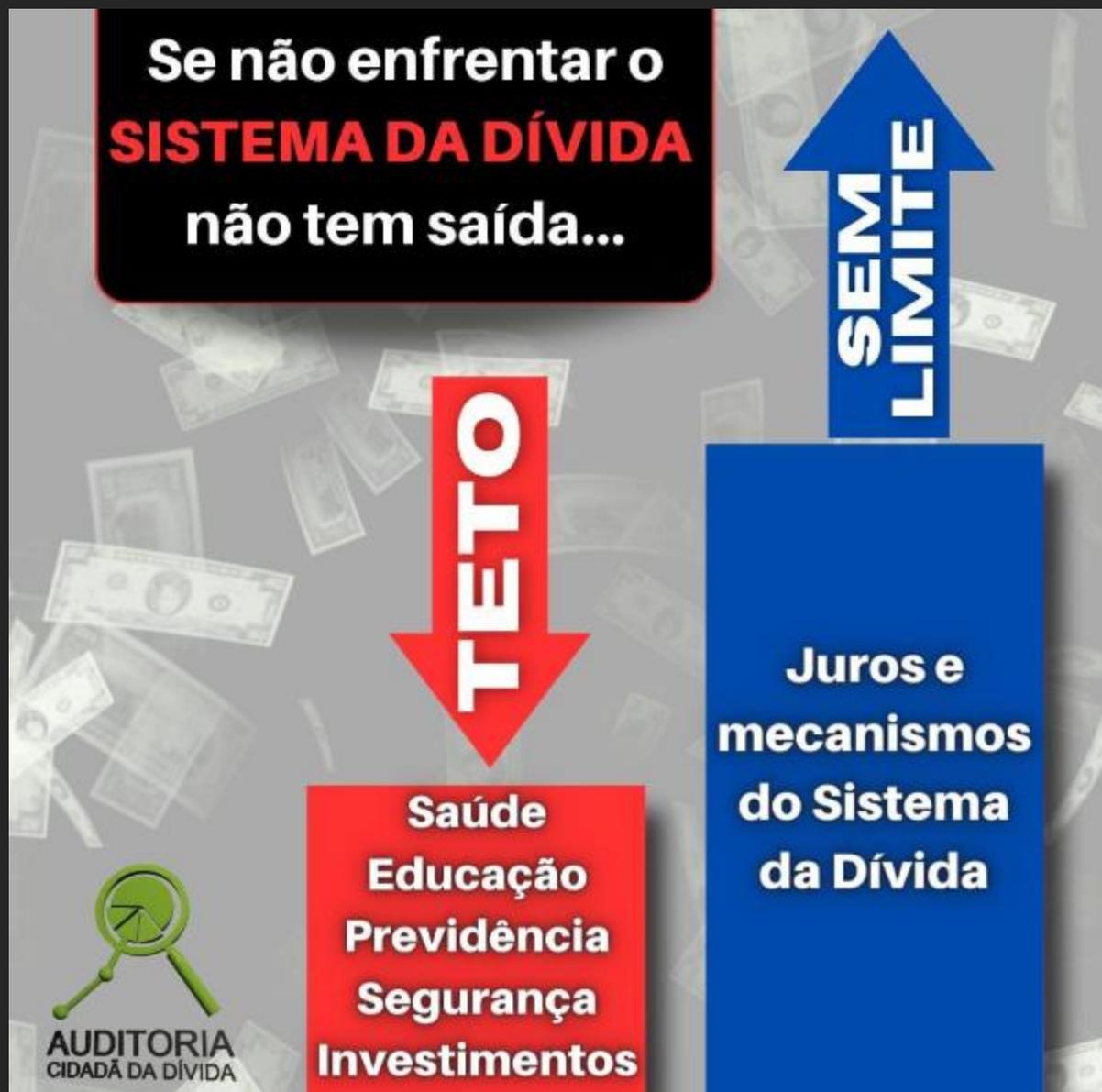
Fonte: UFPE

ANDES
SINDICATO NACIONAL

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/andes-sn-cobra-governo-por-bloqueio-na-destinacao-de-orcamento-para-areas-sociais/>

Lei Complementar 200/2023 ARCABOUÇO FISCAL

- Manteve o teto de gastos sociais para “*guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público*”
- Impõe graves restrições orçamentárias para cumprir o teto e a meta de superávit primário



Apesar de recordes na arrecadação os direitos dos servidores públicos continuam sendo negligenciados

**RECEITA CRESCE 9% EM TERMOS
REAIS, MAS INVESTIMENTOS
SOCIAIS SÓ PODEM CRESCER
2,5% AO ANO**



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/receita-cresce-9-em-termos-reais-mas-investimentos-sociais-so-podem-crescer-25-ao-ano/>

ATO UNIFICADO DA EDUCAÇÃO FEDERAL

05 de Setembro às 8h30

Em frente ao MGI (Bloco C da Esplanada dos Ministérios)

- pelo cumprimento dos termos do acordo
- contra os bloqueios no orçamento
- pela retomada da MNNP
(Mesa Nacional de Negociação Permanente)



<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/entidades-da-educacao-federal-fazem-dia-de-luta-com-ato-em-brasilia-na-quinta-51>

Diversas categorias estão mobilizadas e a Campanha por Direitos Sociais passa a ser cada vez mais essencial. É necessário unificar as lutas



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/centrais-sindicais-manifestam-apoio-a-greve-dos-servidores-do-correio/>

Fenasps cobra do Governo a reabertura da mesa de negociação

FENASPS

Federação Nacional dos Sindicatos de
Trabalhadores em Saúde, Trabalho,
Previdência e Assistência Social



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/centrais-sindicais-manifestam-apoio-a-greve-dos-servidores-do-correio/>

Perdas salariais impulsionam intensa mobilização do funcionalismo

CAMPAÑA SALARIAL 20 Por nenhum direito a menos,
dos bancários e das bancárias! 24 **VAMOS A LUTA!**

BANCÁRIOS COBRAM PROPOSTA DIGNA DA FENABAN EM SP



! Saiba mais em nosso site bancariosma.org.br

f bancariosmarabao @secdma_oficial @secdma bancariosma secdma secdma



22 DE AGOSTO
Um dia sem AGU!

A Carreira aderiu à proposta do SINPROFAZ e vai PARAR durante toda a quinta-feira (22)

Suspenda as atividades de rotina, apoie a causa e fortaleça a luta conjunta dos Membros da AGU!



Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/mobilizacoes-de-bancarios-em-varios-estados-cobram-governo-e-fenaban/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agu-adere-a-mobilizacao-anuncia-que-para-nesta-quinta/>

BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

Falsa desculpa de "combater inflação"

Quando já não encontram nenhuma razão para manter a SELIC em patamar tão elevado, surge essa infame alegação baseada em "EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO", porém, nos 12 meses terminados em julho/2024, a inflação (IPCA) teve 75% de sua composição decorrente de preços que nada têm a ver com um suposto excesso de demanda.

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-9,8	-0,09	10,7	0,10
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-52,4	-0,47	-47,9	-0,43
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-19,8	-0,18	-19,5	-0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

R\$ 52,4 bilhões a mais de juros por ano a cada 1% a mais na Taxa Selic

Taxas de juros reais anuais no mundo desenvolvido:

Alemanha 0,55% a.a. EUA 1,75% a.a. Japão -1,88% a.a.

BRASIL (taxa básica real): 7,36% a.a. Fonte: <https://moneyou.com.br/wp-content/uploads/2024/07/rankingdejurosreais310724.pdf>

A indicação do atual Governo para a presidência do Banco Central trará mudança na atual política monetária do Brasil ?

Lula indica para presidência do Banco Central diretor que defende a atual política de juros



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/lula-indica-para-presidente-do-banco-central-diretor-que-defende-a-atual-politica-de-juros/>

Só discurso não adianta, presidente, tem que ter lei para limitar os juros!



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/so-discurso-nao-adianta-presidente-tem-que-ter-lei-para-limitar-os-juros/>

Após pedido de vista no Senado, luta contra PEC 65 continua!



CAMPANHA
NACIONAL
POR DIREITOS
SOCIAIS

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/so-discurso-nao-adianta-presidente-tem-que-ter-lei-para-limitar-os-juros/>

PEC 65/2023

Banco Central quer ser **EMPRESA** regida pelo Direito Privado

Art. 1º da PEC (Parecer do Relator, de 12/6/2024):

“O Banco Central é instituição de natureza especial com autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira, organizada sob a forma de empresa pública que exerce atividade estatal e dotada de poder de polícia, incluindo poderes de regulação, supervisão e resolução, na forma da lei.”

- Uma “empresa” com poder de decidir sobre a nossa **moeda**, administrar as nossas **Reservas Internacionais** (construídas à custa de dívida pública), definir **juros** e toda a **política monetária** do país?
- Uma “empresa” irá supervisionar os bancos???
- Essa “empresa” continuará recebendo mais de R\$ 2,3 trilhões em títulos públicos federais, de graça, e ainda por cima, juros sobre esses títulos que ganha de bandeja?
- Os prejuízos dessa “empresa” continuarão a ser repassados para o Tesouro Nacional?

O Tesouro Nacional tem sustentado o Banco Central, conforme já publicamos (<https://monitormercantil.com.br/tesouro-nacional-financia-banco-central-e-assume-seus-prejuizos/>) .

Isso vai continuar?

PEC 66/2023 NOVA REFORMA DA PREVIDÊNCIA APROVADA NO SENADO AFETA ESTADOS E MUNICÍPIOS

- Obriga todos os estados, DF e municípios a implementarem automaticamente (em até 18 meses) as medidas da Reforma da Previdência de Bolsonaro (de 2019) para os seus regimes próprios de Previdência (RPPS). Atualmente, para a aplicação da reforma nesses regimes, nos entes federados, é necessário lei específica.
- Oferece parcelamento das dívidas dos municípios com os seus regimes próprios ou com o INSS (em até 300 meses) em troca da implementação das regras federais de Previdência em até 15 meses após a promulgação da Emenda Constitucional.
- Aumenta a DRM (Desvinculação das Receitas dos Municípios) de 30% para 50% até 2025 (mantendo a atual vinculação de recursos para a educação e saúde)
- Desvincula as receitas dos municípios com a CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais).

ESTÍMULOS PARA QUE MUNICÍPIOS IMPLEMENTEM A REFORMA

Por quê a estrutura do Estado está sucateada, se temos imensas riquezas sob todos os aspectos e **TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS?**

➤ Chegamos a mais de **R\$ 5 TRILHÕES** em caixa em **31/7/2024:**

- **R\$ 1,697 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
- **R\$ 1,471 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- **R\$ 2,057 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

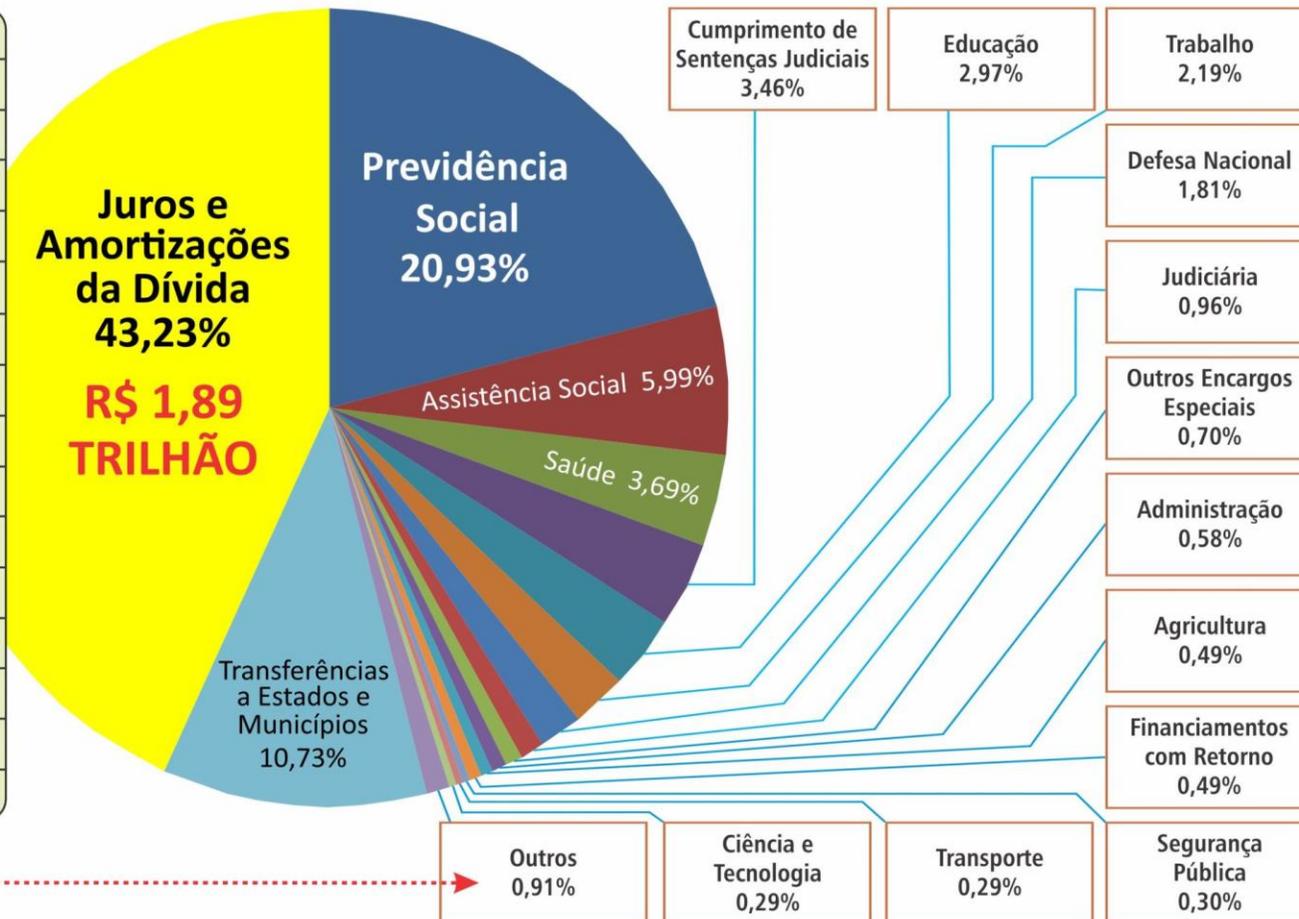
Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202408_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx (Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

Lucro dos bancos seguiu aumentando
Ver "Assalto aos Cofres Públicos" <https://bit.ly/3xKnEp4>

ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2023 PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

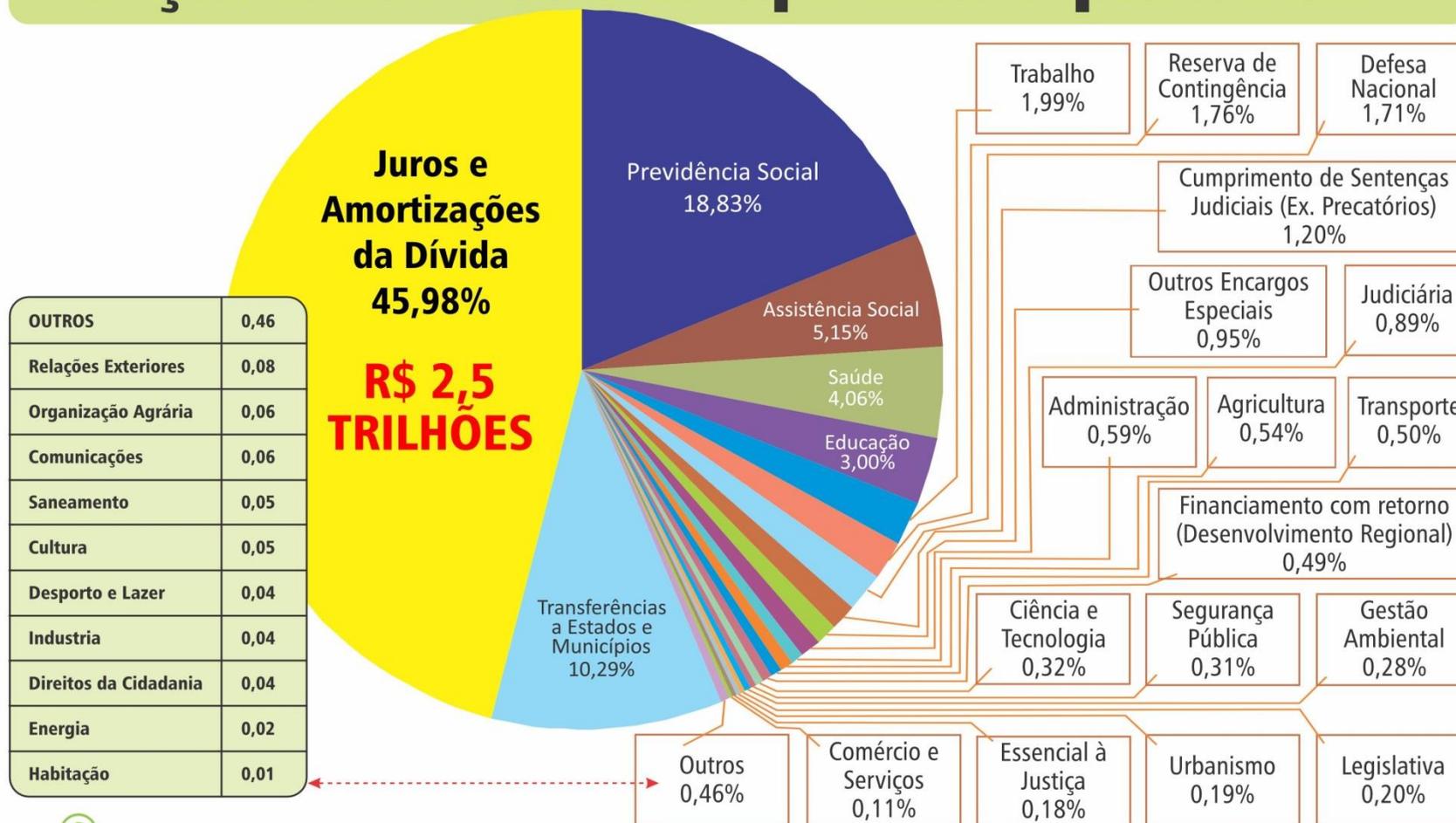
Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES

OUTROS (%)	0,9110
Essencial à Justiça	0,2080
Legislativa	0,1820
Gestão Ambiental	0,0895
Relações Exteriores	0,0887
Organização Agrária	0,0596
Comunicações	0,0564
Cultura	0,0524
Comércio e Serviços	0,0477
Indústria	0,0446
Urbanismo	0,0275
Energia	0,0240
Direitos da Cidadania	0,0193
Desporto e Lazer	0,0080
Saneamento	0,0034
Habitação	0,0000



ORÇAMENTO FEDERAL PARA 2024 – PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal aprovado para 2024



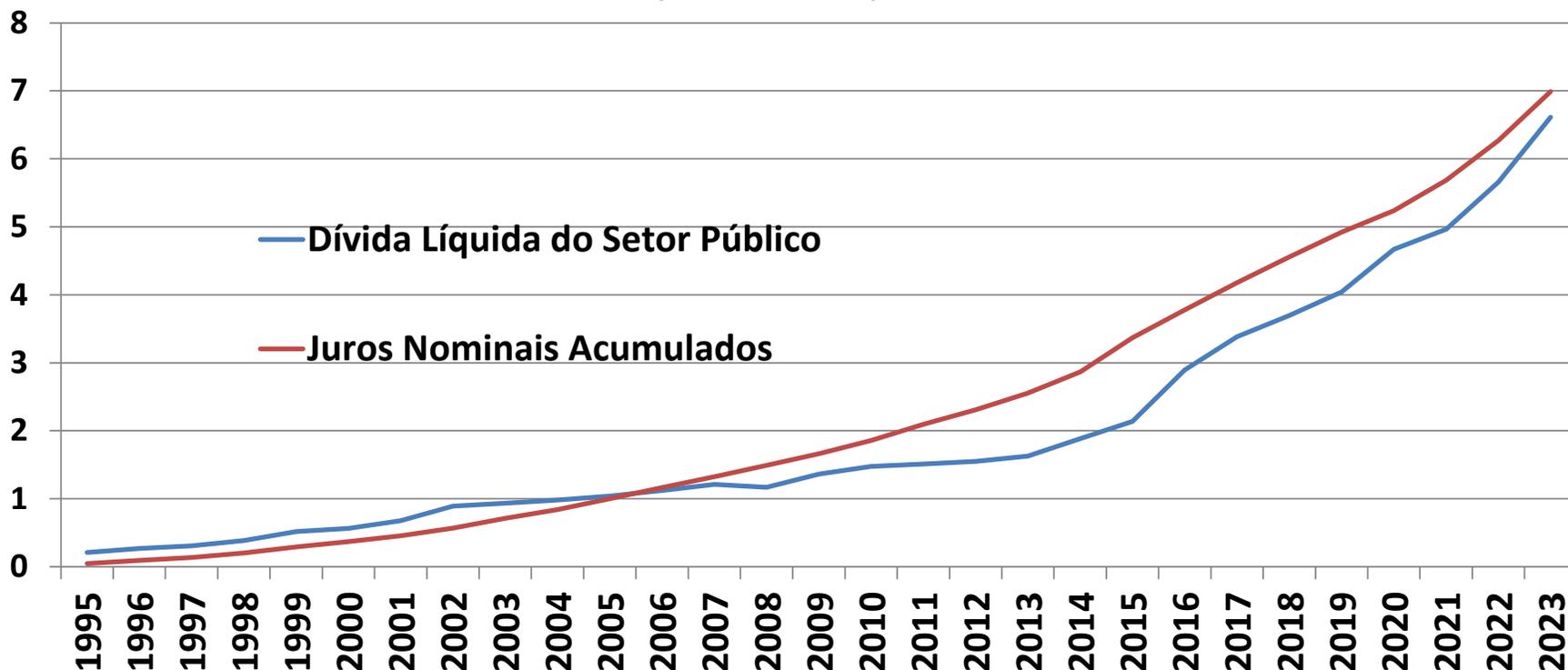
Centralidade do Sistema da Dívida

- DADOS OFICIAIS E LEVANTAMENTO DO TCU COMPROVAM que dívida tem crescido por causa dos mecanismos que geram dívida e a multiplicam por ela mesma, principalmente a a “Bolsa Banqueiro” e as altíssimas taxas de juros.
- Banco Central elevou a SELIC até o abusivo patamar de 13,75% a.a., mantendo-a aí por 1 ano, sem justificativa científica que se sustente. Vinha reduzindo essa taxa abusiva até junho/2024 a conta-gotas, quando estacionou no patamar de 10,5%, que se mantém até o momento, amarrando o Brasil.
- A insustentabilidade da dívida decorre dos seus mecanismos e não dos gastos sociais!

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ?

Juros altos: Principal fator de crescimento da dívida do setor público

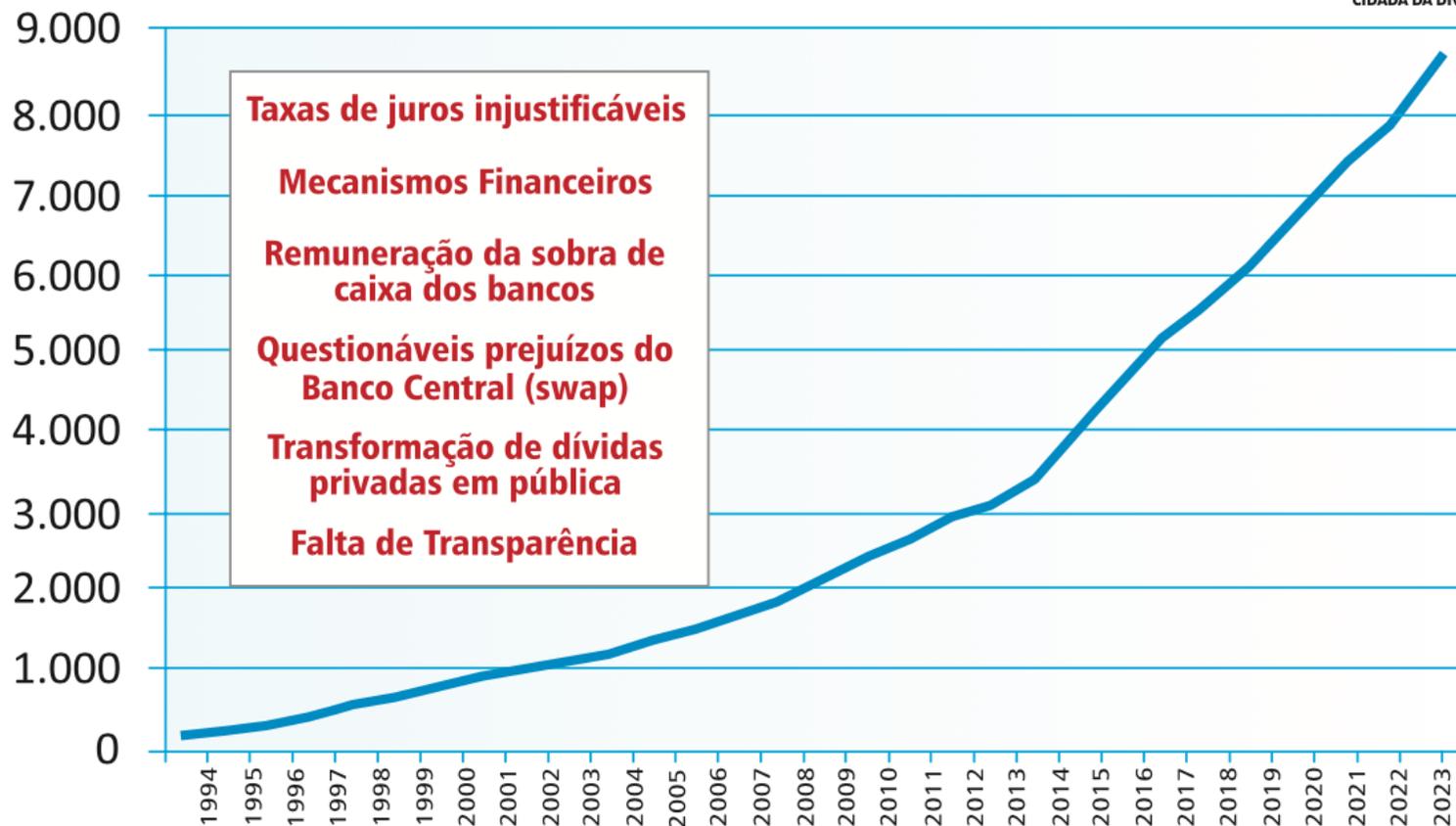
Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

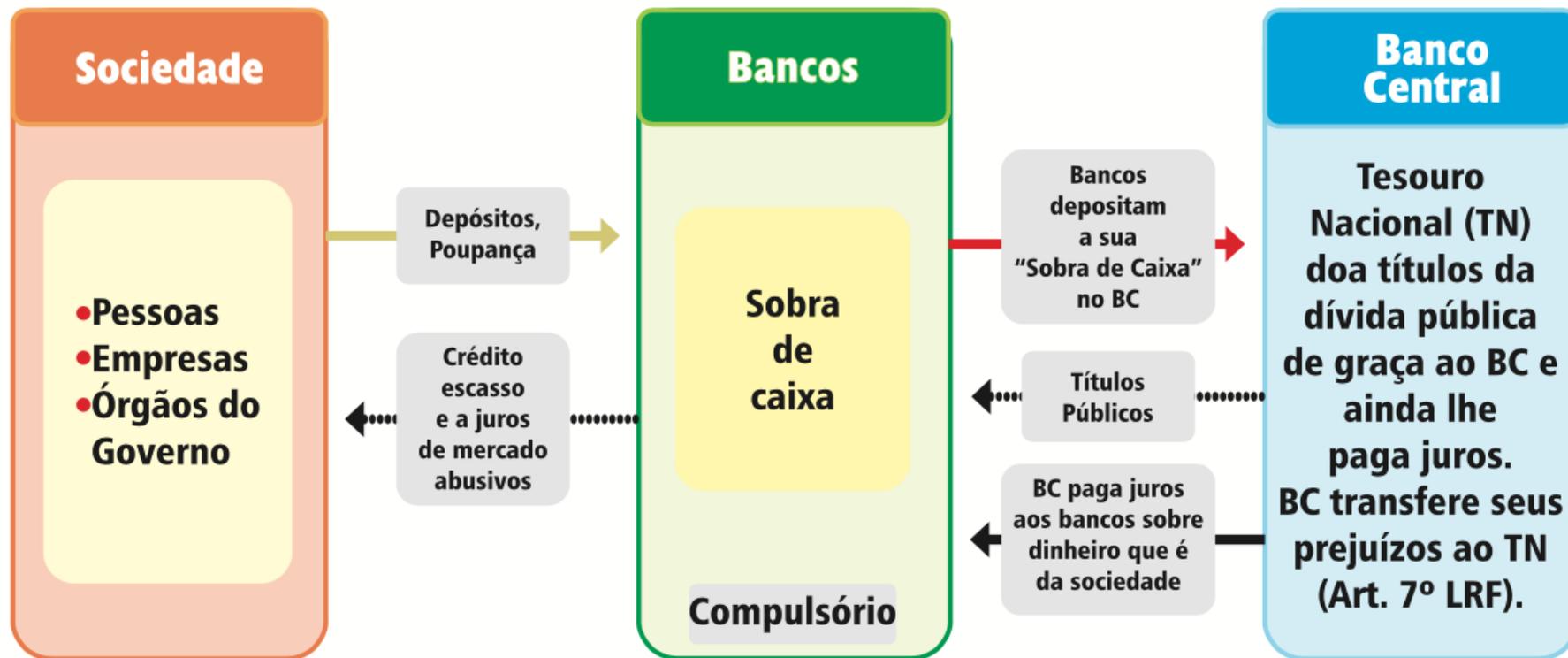
Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central - Nota para a imprensa - Política Fiscal - Quadro "Títulos Públicos Federais" e Relatório Mensal da Dívida da STN (Anexo 2.1)

BOLSA-BANQUEIRO

Remuneração diária aos bancos devido ao abuso das "Operações Compromissadas" e "Depósitos Voluntários Remunerados" pelo Banco Central



Consequências:

escassez de moeda na economia, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública, rombo aos cofres públicos, recessão, crise e aumento recorde do lucro dos bancos.

**EM VEZ DE
BOLSA-BANQUEIRO,
GOVERNO PODERIA REPARAR
PERDAS DE TODO O SERVIÇO
PÚBLICO FEDERAL**



- Em 2022, o Banco Central pagou **mais de R\$ 180 bilhões de juros** aos bancos. Isso sem falar nos juros e amortizações da dívida pública que o Tesouro Nacional também paga aos bancos.

- Por outro lado, os servidores públicos federais reivindicam a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas em 46,5% desde 2010, percentual este resultante da média entre 53,17% e 39,92%, reivindicados pelos respectivos blocos de servidores.

(Fonte: <https://sinasefe.org.br/site/download/consolidacao-da-pauta-de-reivindicacao-dos-servidores-publicos-federais/?wpdmdl=47214&refresh=64c3c47b8017e1690551419>)

- O volume de recursos para repor integralmente essa perda média de 46,5% seria de aproximadamente **R\$ 158 bilhões**, valor inferior ao valor gasto com a Bolsa-Banqueiro no ano passado e, adicionalmente, 12 vezes menor que o valor gasto com juros e amortizações do Sistema da Dívida em 2022.

RISCO DE MAIS RETROCESSO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

AgênciaBrasil

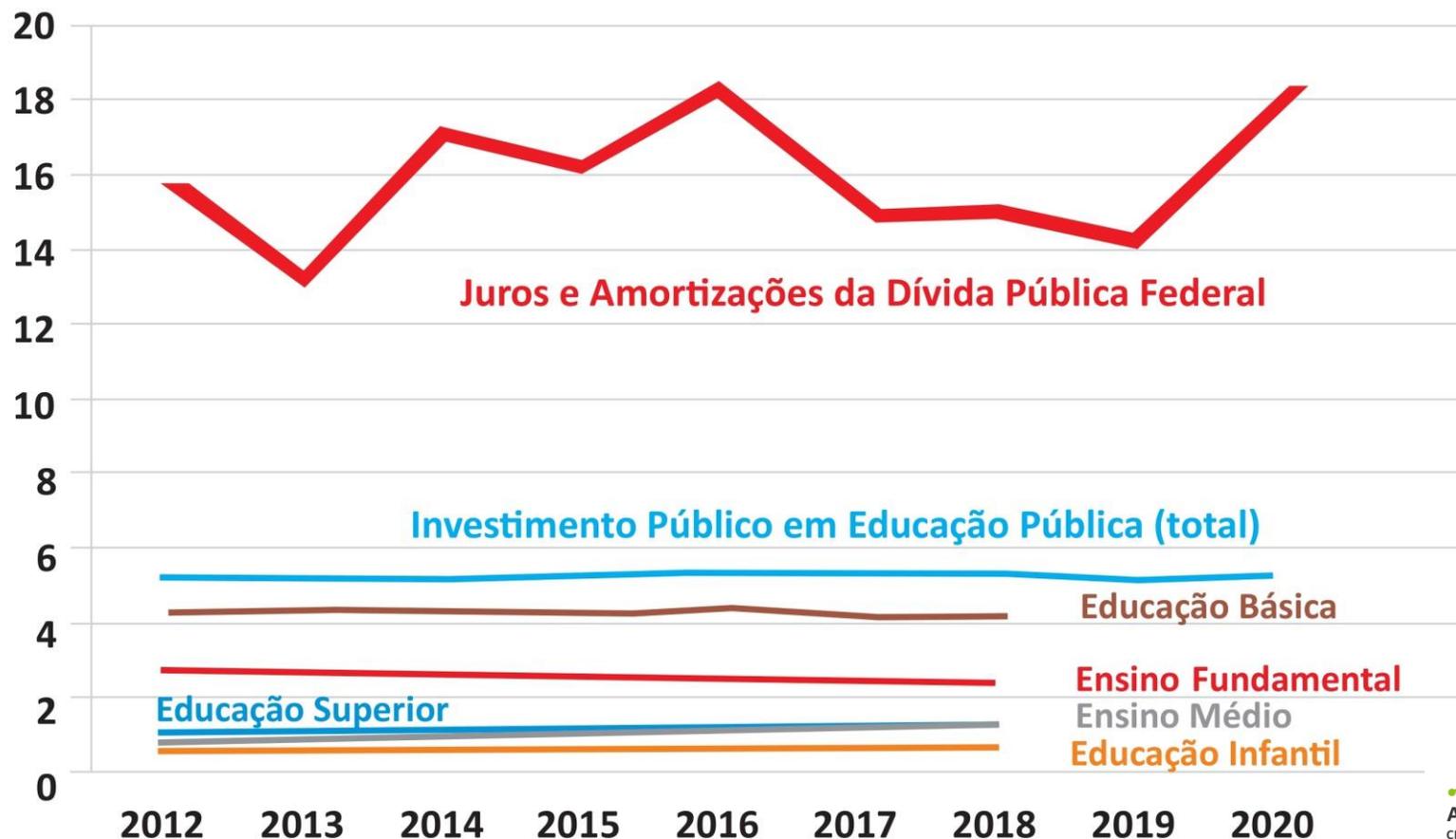
Governo quer reavaliar pisos para gastos com saúde e educação

Mudanças ocorreriam por emenda constitucional a partir de 2025

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece PISO MÍNIMO de recursos a serem aplicados em EDUCAÇÃO:

Art. 212 - "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino"

Evolução dos Investimentos Públicos em EDUCAÇÃO (União, Estados e Municípios) e dos Gastos com Juros e Amortizações da Dívida Pública Federal (em % do PIB)



Fontes: INEP e Tesouro Nacional:

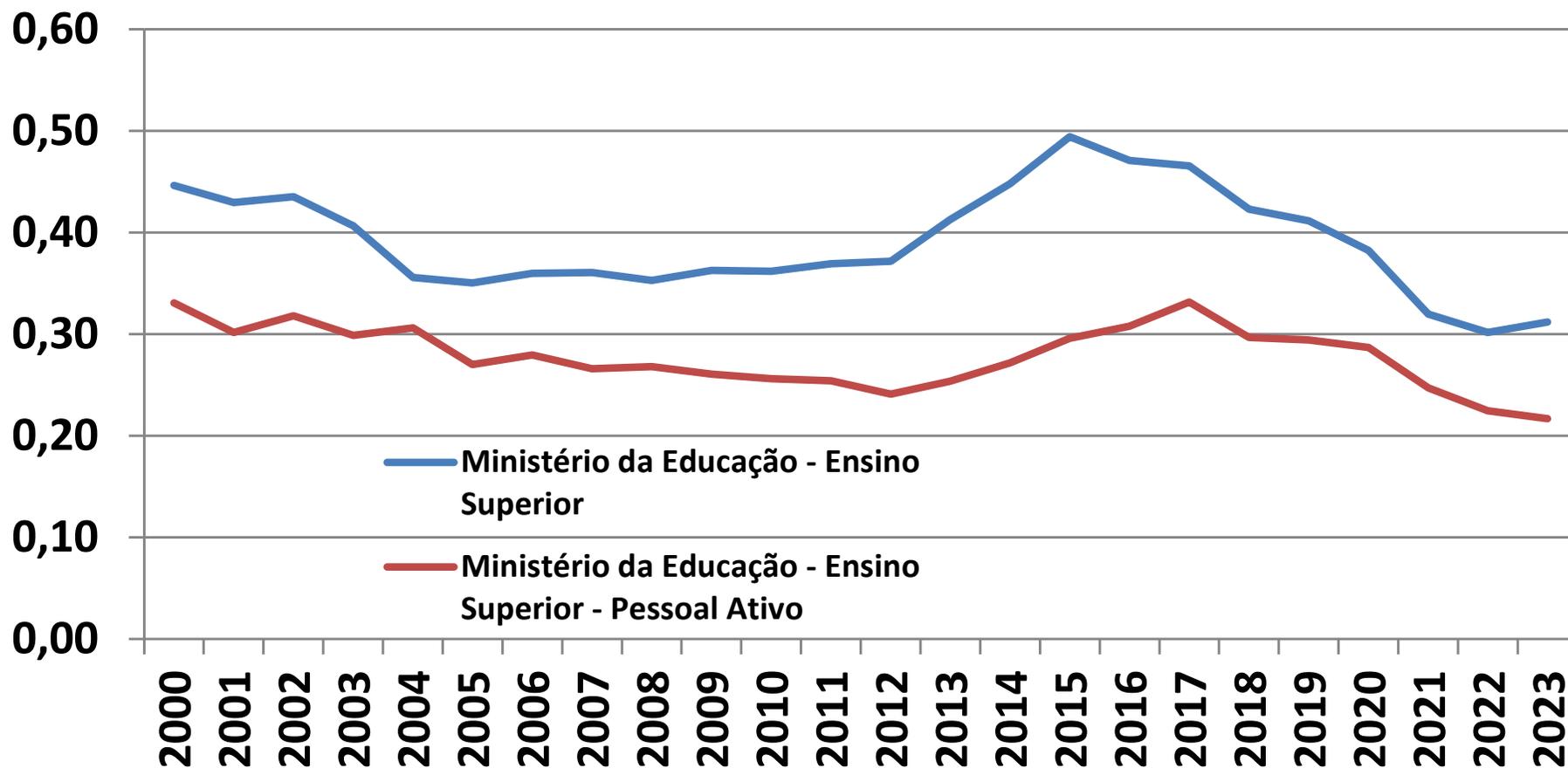
https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/investimentos_publicos_em_educacao/indicadores_financeiros_educacionais/Investimento_pib_direto.zip;

<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:22345

O resultado dos tetos de gastos sociais sobre a Educação Superior

Ministério da Educação - Despesas com Ensino Superior (% do PIB)



A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTP1Jo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

A Dívida Pública **RETIRA** recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento

2014 a 2023



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos e investimentos sociais =

**R\$ 2,51
Trilhões**

Gastos e investimentos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública =

**R\$ 1,38
Trilhão**

No final das contas, a **Dívida Pública RETIROU**
RESULTADO = R\$ 1,13 Trilhão
das áreas sociais no período

A FALÁCIA DO USO DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

No Brasil a dívida tem **SUBTRAÍDO** recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em:

<https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucaoOrcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=5H06>

Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

A SANGRIA DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO (Lei 9.496/97) – 1997 a 2023

Dívida Original: R\$ 126,157 BILHÕES
(incluindo refinanciamentos até 2023)

Pagamentos: R\$ 418,594 BILHÕES
(mais que o triplo do valor original)

Dívida em 2023: R\$ 734,380 BILHÕES
(quase seis vezes mais que o valor original)

Fontes:

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49046

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49047

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

<https://auditoriacidada.org.br/plp-459-17/entenda-tudo-aqui/>

A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS NECESSITA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para garantir os Direitos Sociais, **investimentos em nosso desenvolvimento socioeconômico e na estrutura do Estado;**
- ✓ Interromper mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida em investimentos.

O QUE FAZER?

- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- VETAR O ESQUEMA DE SECURITIZAÇÃO
- **Mobilização, Frente Parlamentar, CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS**

2- CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

Campanha Nacional por Direitos Sociais

- A campanha segue com a divulgação de 2 posts diários, conforme combinado. Agora com uma novidade, a partir deste mês terá um programa no canal da ACD no Youtube – Direitos em Pauta:

DIREITOS EM PAUTA
Programa de entrevista da Campanha Nacional por Direitos Sociais

Maria Lucia Fattorelli
Coord. Nacional da ACD

Cleberson Zavaski
Pres. da ASCEMA Nacional

Matias Bakir F. Freitas
Vice-pres. do Sindilisco (MG)

Fernando Moraes
Jornalista da ACD

ESTREIA TERÇA (03/09) ÀS 18H

AuditoriaCidadãdaDivida

DIREITOS EM PAUTA

URGENTE!
POLÍCIA ACABA DE CERCAR A OCUPAÇÃO CHICO MENDES

Local: Dr. Moraes, 53
Entre Av. Nazaré e Av. Cinte Brás de Aguiar

ocupacaombpara@gmail.com

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

Ministério
PREVIDÊNCIA SOCIAL

CONVOCA AUDIÊNCIA PARA 27/08

FENASPS
Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores

SINDICATOS FILIADOS

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

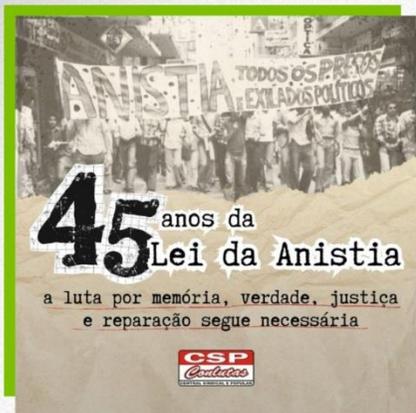
Projetos de Lei que punem movimentos sociais ameaçam luta por direito à moradia

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

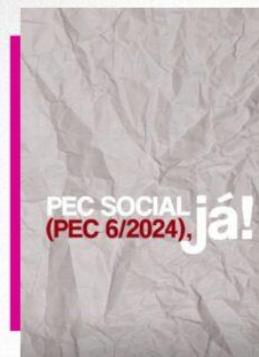
- Acesse a página da Campanha: <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>

Campanha Nacional por Direitos Sociais

➤ <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>



Luta pelo fim da contribuição previdenciária
por servidores **aposentados** e **pensionistas**



CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS EXIGIR RESPEITO AOS DIREITOS SOCIAIS E NÃO AOS CORTES ORÇAMENTÁRIOS

- O crescimento da chamada “Dívida Pública” não é resultado de um suposto excesso de gastos sociais do Governo Federal, mas sim devido aos juros altíssimos e outros mecanismos financeiros, que enriquecem cada vez mais os super ricos às custas do povo.

GRANDE IMPRENSA TENTA CULPAR
GASTOS SOCIAIS PELO AUMENTO
DA DÍVIDA, QUANDO A VERDADEIRA
CULPA É DOS **JUROS E DOS**
MECANISMOS FINANCEIROS



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grande-imprensa-tenta-culpar-gastos-sociais->

“Os impactos nos **Direitos Sociais** são os mais devastadores”, afirma Sepulveda



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/impactos-nos-direitos-sociais-sao-devastadores-diz-sepulveda/>

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

- Financiamento da Campanha
- Em fase de organização dos grupos de trabalho, conforme eixos temáticos definidos durante a 1ª Plenária Nacional realizada em 23 e 24 de março/2024. Encaminhamentos: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2024/03/ENCAMINHAMENTOS-1a-Plenaria-Nacional-da-Campanha-Nacional-por-Direitos-Sociais-24.03.2024-1.pdf>
- Coordenação Nacional:
ANDES/SN, SINDIRECEITA, CSP/Conlutas, Auditoria Cidadã da Dívida, FENASPS, Rede Irerê de Proteção à Ciência, FENAPRF, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU)

**3 - FRENTE PARLAMENTAR SOBRE
O LIMITE DOS JUROS E A
AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA
PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO
POPULAR**

**Participação Deputada Federal
Fernanda Melchionna**

FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- INFORMES pela Deputada Fernanda Melchionna
- Nova prioridade relacionada à calamidade do Rio Grande do Sul: PROPOSTA DE CAMPANHA NACIONAL
- PLP 104/2022, pelo limite dos juros no Brasil, ainda sem relator.
- Proposta de coleta de assinaturas para instalação de CPI Mista prevista no Art. 26 do ADCT, tendo em vista a decisão do TRF1
<https://www.youtube.com/watch?v=Usvw9fvM3i8>

4 - CAMPANHA PELA BAIXA DA DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO PORQUE ELA ESTÁ PAGA

Seminário na ALRS

“A DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO EM DEBATE: ESTA CONTA ESTÁ PAGA!”

Seminário sobre dívida do RS terá transmissão ao vivo



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/seminario-sobre-divida-do-rs-tera-transmissao-ao-vivo/>

“Essa dívida foi constituída, formalizada e formatada politicamente para que ela seja **uma dívida eterna**”, afirma Casarotto



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Auditor do TCE e membro da ACD denuncia **sistema da dívida** no RS



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

“Nós não temos dívida pública, nós temos um **Sistema da Dívida**”, afirma Fattorelli



SEMINÁRIO: A DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO EM DEBATE: ESTA CONTA ESTÁ PAGA! 07/08/2024

Asssembleia Legislativa - RS

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

ESTRATÉGIAS PARA AVANÇAR A CAMPANHA NACIONALMENTE

- Proposta de Folheto

**CAMPANHA NACIONAL EM APOIO AO RIO GRANDE DO SUL
PELA BAIXA DA DÍVIDA DO RS COM A UNIÃO
PORQUE ESSA CONTA ESTÁ PAGA**

A "DÍVIDA" DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL REFINANCIADA
PELA UNIÃO DESDE 1998 JÁ FOI PAGA QUASE 3 VEZES
MAS SEU ESTOQUE SE MULTIPLICOU POR QUASE 9 VEZES!



<https://acontaestapaga.com.br>

Estoque inicial da "dívida" do Rio Grande do Sul refinanciada pela União em 1998
R\$ 10,34 bilhões
(dos quais R\$ 2,556 bilhões eram referentes a passivos do Banrisul, ou seja, sequer era "dívida pública")

Pagamentos (1998 a 2023)
R\$ 28,09 BILHÕES

Estoque da dívida em 2023
R\$ 92,87 BILHÕES

O Sistema da Dívida no RS: necessidade de AUDITORIA e BAIXA

- Propostas de atividades

5- NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA "Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil"

- Em fase de preparação. Pedido de apoio para viabilizar gravação das aulas e demais custos. Só a gravação, em orçamento mais barato, foi orçado em R\$ 5.700,00.

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal **não serviu** para investimento no país

<https://bit.ly/2NTP1Jo>

Para que tem servido?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

- Alimenta mecanismos financeiros
- Veículo de transferência de recursos públicos para bancos
- Justificativa para **contrarreformas**
- Justificativa para **privatizações**
- Responsável pelo **Teto de Gastos e arcabouço fiscal**
- Consome a maior fatia do orçamento federal todos os anos.

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>

6 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

· Carta Aberta a Candidatos(as) nas Eleições Municipais 2024:

<https://auditoriacidada.org.br/nucleo/carta-aberta-a-candidatosas-nas-eleicoes-municipais-2024/>



CARTA ABERTA dirigida aos candidatos e candidatas às ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

Caro(a) Candidato(a) às eleições municipais 2024,

A AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA é uma associação sem fins lucrativos, que visa principalmente o cumprimento da Constituição Federal (Art.26 do ADCT) e a realização da auditoria da dívida pública brasileira - interna e externa, federal, estaduais e municipais – com ampla participação social. Nossos trabalhos podem ser acessados na página <www.auditoriacidada.org.br>.

Estamos próximos às Eleições-2024, quando serão escolhidos(as) prefeitos(as) e vereadores(as).

Os municípios brasileiros possuem diversas responsabilidades (saúde, educação, dentre outras) e sofrem com problemas tais como o desemprego, déficit habitacional, pessoas em situação de rua, falta de segurança, transporte, e dependem de mais recursos para enfrentar esta situação. Além do mais, em muitos casos, mesmo com o aumento da atividade econômica, a arrecadação municipal não acompanha esse crescimento, devido a desonerações, incentivos fiscais e privatizações. Milhares de municípios possuem grande dependência dos recursos provenientes das transferências da União, devido à estrutura tributária brasileira, concentrada na esfera federal.

E quando olhamos para o orçamento federal, verificamos que ele tem destinado cerca de 40% dos recursos para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, percentual esse cerca de 4 vezes superior às transferências realizadas para todos os estados e municípios, conforme mostra o gráfico abaixo.



que pressionem o governo federal a realizar a auditoria da dívida com participação social? SIM ___ NÃO ___

3 – Caso eleito(a), você encaminhará à Câmara Municipal projeto para a realização da auditoria da dívida de seu município, com participação da sociedade? SIM ___ NÃO ___

4 - Caso eleito(a), você encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei para impedir a implementação da perversa engenharia financeira da “Securitização de Créditos” (prevista na Lei Complementar 208/2024), a qual gera dívida pública de maneira ilegal e disfarçada e permite o sequestro de recursos públicos durante o seu percurso pela rede bancária, para serem destinados diretamente a investidores privilegiados, sem passar pelo orçamento público? SIM ___ NÃO ___

5 - Caso eleito(a), você envidará esforços pela revogação do Arcabouço Fiscal (Lei Complementar 208/2023), que limita a apenas 2,5% o crescimento real anual dos gastos públicos federais primários (os quais compreendem os gastos sociais e com a manutenção da estrutura do Estado), prejudicando os investimentos sociais em saúde e educação, que são obrigações do Município? SIM ___ NÃO ___

6 – Você se compromete a inserir a defesa dos pontos acima em seu programa oficial de governo e/ou plataforma de campanha? SIM ___ NÃO ___

Atenciosamente,

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

DADOS DO(A) CANDIDATO(A):

Nome: _____

Partido: _____

Município/Estado: _____

Cargo eletivo ao qual concorre: _____

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília/DF – CEP:70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
Telefone (61) 985812561 - E-mail contato@auditoriacidada.org.br - www.auditoriacidada.org.br

Regras a serem observadas quando da divulgação da Carta Aberta das eleições 2024

- A Carta deverá ser enviada a todos os partidos políticos.
- Só poderemos divulgar a resposta de candidatos se o respectivo Núcleo da ACD tiver comprovação do envio da carta por e-mail (do e-mail institucional do Núcleo), para todos os partidos no município.
- É necessário a comprovação de que todos os partidos receberam (pedir que confirmem o recebimento por e-mail ou carta por AR, comprovando o recebimento por todos).
- Essas exigências fazem parte da legislação eleitoral e o não cumprimento submete a Entidade a elevadas multas.

7 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Doações podem ser feitas por meio de:

- PIX 12537204000145
- Pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou
- PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO